

A BUSCA POR UMA IDENTIDADE FEMININA EM “DIVING INTO THE WRECK”, DE ADRIENNE RICH: A DESMISTIFICAÇÃO DA POSTURA PANFLETÁRIA E A RELAÇÃO DE ALTERIDADE ENTRE O OUTRO E O OUTRO

GOMES, *Celina de Oliveira Barbosa*^{*}
BARROS, *Leila de Almeida*^{**}
HERNANDES, *Luciana Carneiro*^{***}

RESUMO: A mulher foi - e continua sendo - caracterizada subjetivamente sob diferentes enfoques que, muitas vezes, desvirtuam o conceito de feminismo, inviabilizando esta discussão. Este trabalho pretende analisar o poema *Diving into the Wreck*, da norte-americana Adrienne Rich, explicitando uma determinada configuração da busca pela identidade feminina, a qual não objetiva reforçar o ainda significativo hiato das relações gendradas, mas minimizá-lo no sentido de evidenciar as naturais relações de alteridade que se podem estabelecer entre homem e mulher. Para tanto, será utilizado o aporte teórico fornecido por Showalter (1994), Haraway (1994), Bonnici(2009), Zolin(2009), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade feminina; Outro-outro; Literatura de autoria feminina.

ABSTRACT: The woman was - and still is - subjectively characterized by different approaches that often distort the concept of feminism, preventing this discussion, in different circumstances, confusing definitions for this and relegating it to the pure and simple (in the sense of common sense) cause of disclosure of so-called rights that everyone has, using, for the observance of these, the label of the female. This paper aims to analyze the poem *Diving into the Wreck*, of the American Adrienne Rich, explaining a determined setting of the search for female identity, not primarily propagandistic, which are not intended to strengthen the still significant gap of gendered relations, positioning itself antagonistically to the element male, but minimize it in order to reveal the natural relations of alterity that can be established between man and woman, these relationships often not necessarily determined by the threshold of their

^{*} Mestranda em Letras – Estudos Literários/Literatura Africana de Língua Inglesa pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)

^{**} Mestranda em Letras – Estudos Literários/Literatura Africana de Língua Inglesa pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)

^{***} Doutoranda em Letras (Literatura e Vida Social). Atualmente é professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, câmpus Cornélio Procopio.

natural performances, but by the very propositions of social tradition. To do so, we will use the theoretical framework provided by Showalter (1994), Haraway (1994), Bonnici(2009), Zolin(2009), among others.

KEYWORDS: Identity female; Other-other; Literature of female authorship.

FEMINISMO: ENTRE O PANFLETÁRIO E O “FEMININO”

Certamente, o termo feminismo já assumiu variadas significações nas diferentes circunstâncias em que fora empregado, muitas delas bastante díspares e quiçá antagônicas. Segundo o Dicionário Virtual Aurélio, o feminismo pode caracterizar-se como o “sistema dos que preconizam a ampliação legal dos direitos civis e políticos da mulher ou a igualdade dos direitos dela aos do homem.” Posto desta forma, é perceptível a consideração específica do viés político da palavra, mas nota-se que pouco de sua carga semântica cultural, social e até biológica é evidenciada, o que aponta para a existência de diferentes configurações do feminismo ou para diferentes feminismos (OLIVEIRA, 2013). Esta definição do dicionário, portanto, pode ser bastante simples em sua primeira composição quando atesta a equivalência da atuação civil entre homens e mulheres, mas torna-se fortemente subjetiva se considerada em suas últimas palavras, já que coloca em discussão a questão da demarcação dos direitos do homem para que também sejam a eles iguais os direitos da mulher. Este é um assunto que abre precedentes para diferentes reflexões, embasadas em diferentes vieses que resvalam, entre outras coisas, nas ditas relações de poder (sociais, políticos, culturais, de gênero, históricos, econômicos). Para melhor entendê-las, é interessante compreender como o feminismo ou os chamados feminismos se estabeleceram para tentar emplacar, de alguma forma, a figura da mulher no cenário predominantemente masculino de muitas comunidades ocidentais.

Desde sua “gênese” nos matriarcados neolíticos às expressões mais elaboradas do feminismo, este se delineou como forma de projeção e significação do feminino no meio social, de modo a desvencilhar das mulheres o jugo da inferioridade carregado em diferentes espaços e tempos (ZOLIN, 2005). Manifestações mais expressivas deste processo reivindicatório só começaram a ser vistas na segunda metade do século XIX nos Estados Unidos e na Inglaterra, com o empreendimento de lutas pela participação política. Entre outras solicitações e ações, o feminismo passou a caracterizar-se como um movimento político organizado na Inglaterra, especialmente a partir dos anos de 1850. Vale dizer que em suas diferentes mostras, figurou sob a égide da liberalidade, da radicalidade e da marca socialista, tentando pleitear, por motivações diferentes, uma

forma de delinear o perfil do “ser mulher”, o que, na maioria das vezes, se dava pela consideração do sexo biológico, já que este parecia determinar, em muitas instâncias, a construção social do gênero (BAIRROS, 1995). Este posicionamento, no entanto, nem sempre obteve respaldo, já que denotava uma configuração heterossexista do indivíduo feminino, desprezando outras perfilizações deste (LAURETIS, 1994).

No Brasil, o feminismo estabeleceu-se por identificação, no mesmo compasso que os movimentos favoráveis à abolição dos escravos – aliás, segundo Bonnici (2009, p.266), “há estreita relação entre os estudos pós-coloniais e o feminismo. [...] se o homem foi colonizado, a mulher, nas sociedades pós-coloniais, foi duplamente colonizada.” Na esteira da relação colonizador/colonizado, dominador/dominado, a caracterização da relação homem/mulher também se engendra, uma vez que, nas sociedades patriarcais, esta última é vista sob a perspectiva masculina e se define/é definida tendo como parâmetro o elemento masculino; como atesta BEAUVOIR (2002, p. 10): “[...] a mulher determina-se e diferencia-se e relação ao homem e não este em relação a ela.” A constituição do feminismo ainda se deu por conta da proclamação da república, em função de lutas travadas por mulheres como Dionísia Gonçalves Pinto, conhecida pelo pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Sua batalha pelo reconhecimento dos direitos da mulher rendeu-lhe muitos escritos – muitas mulheres, aliás, se tornaram escritoras (profissão até então masculina) pela bandeira feminista. A obra *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*, de autoria de Nísia Floresta, por exemplo, é uma dos trabalhos que, pelo título, já sugeriria bem a relação de oposição pela qual se concebiam as possíveis interfaces entre o homem e a mulher, bem como as relações de subordinação desta para com aquele (ZOLIN, 2005). Mas esta expressão do feminismo apresentado no texto autora atesta uma questão que há muito persegue as reais determinações do feminismo: a de feminismo como um movimento ou sentimento panfletário que, por conseguinte, tornou-se pejorativo.

O feminismo dito panfletário (amplamente difundido no Brasil, inclusive) caracteriza-se pela validação da supervalorização do elemento feminino em detrimento do reconhecimento e estabelecimento do masculino, chegando até a sugerir, em algumas ocorrências, certa superioridade. Determina-se por uma espécie de “feminismo magoado” que, como se estivesse há tempos inflamado, rompesse para opor-se a todos os homens e suas ações, sem distinção, numa postura de protesto (daí o termo “panfletário”) e forte subversão. Vale salientar que não se pretende questionar aqui as motivações que deram origem a tais determinações, uma vez que é sabida a condição relegada à mulher na sociedade (patriarcal) ao longo da história e das diferentes culturas, condição esta que variará, como atesta Zolin (2005, p.219), entre os estereótipos de

mulher-objeto; mulher sedutora, perigosa ou imoral; mulher megera; mulher anjo ou indefesa, incapaz ou impotente. Ou ao papel que Bonnici (2009, p. 265) irá simplesmente detectar como “objeto” em relação ao “sujeito” (o homem, no caso).

Este feminismo dito panfletário, que acabou por propagar-se pelo senso comum, tem suas primícias no que Zolin (2005, p.225) nomina como principais facções do movimento feminista e que se dividem em Feminismo Radical, Feminismo Liberal e Feminismo Socialista. A primeira, Feminismo Radical, definia-se por dois sentidos, a saber:

- 1) Tendência do feminino que, inspirada em Beauvoir, toma a divisão sexual, e não a de classe, como central na análise do social. A luta pela libertação da mulher dirige-se ao combate de seu papel como reprodutora (gestação, criação e educação dos filhos).
- 2) Tendência do feminismo que, aliada à desconstrução de Derrida, visa destruir a dominação das mulheres pelos homens. Isso porque entende-se que as referidas oposições nada mais são do que linguagem, e a linguagem exorbita a realidade. Ao desconstruir a oposição binária homem x mulher, essa facção do feminismo coloca no seu lugar o andrógino, o ser humano acima das diferenças de sexo. (ZOLIN, 2005, p. 225).

A segunda, denominada de Feminismo liberal, caracterizava-se como uma:

Tendência do feminismo que atribuiu a causa da opressão feminina à ausência de igualdade de direitos entre os sexos; em vista disso, defende uma sociedade em que homens e mulheres tenham oportunidades iguais garantidas pela legislação. (ZOLIN, 2005, p. 225).

Por fim, a terceira e última, o dito Feminismo socialista, definia-se da seguinte maneira:

Tendência do feminismo que parte da premissa de que todos os antagonismos sociais passam pela questão da hierarquia de classes, onde se localizam todas as relações de poder. Nesse sentido, essa facção defende a tese de que a libertação feminina está atrelada a uma sociedade socialista, em que os princípios igualitários se estendam à sociedade como um todo. (ZOLIN, 2005, p. 225).

Considerando as definições (especialmente a primeira e a terceira), compreende-se que um ranço puramente reivindicatório há muito acompanha o feminismo e é responsável pela significativa parte da aversão que tem gerado em muitas pessoas ou, o que é pior, é responsável pela desvirtuação deste conceito por muitos indivíduos, não apenas homens, mas também mulheres que dele se utilizam para se colocar numa posição

oposta e muitas vezes repressiva e/ou agressiva em relação ao masculino. Uma postura sobre a qual se quer e se precisa refletir no intento de a desconstruir (desconstrução de dicotomias, a de homem x mulher, no caso – ZOLIN, 2005, p.219) ou de a substituir por um feminismo dito “feminino” de fato, o qual não pretende uma “igualdade” no que tange à reprodução igualitária das mesmas ações masculinas, mas que busca uma equidade no sentido de liberdade de expressão do ser mulher, com todas as suas caracterizações.

Este repensar do conceito de feminismo, especialmente em sua forma panfletária e oposicionista em relação ao homem, faz-se conveniente, sobretudo, porque, na verdade, não dá conta de congregar as aspirações e configurações de todas as mulheres, pois, ao sugerir “rótulos” e posturas, enrijece as identidades subjetivas que estas possuem e que são, por assim dizer, intangíveis em sua totalidade, como são as dos homens, como atesta Scott (1995), ao apontar as caracterizações do homem e da mulher como vazias por não expressarem sua totalidade. É por isso que à definição de feminismo feminino relaciona-se a noção de alteridade, de identidade feminina (possível, flexível e não determinada ou essencial), de uma mulher-sujeito que Zolin (2005, p.219) vai determinar como “marcada pela insubordinação aos referidos paradigmas [de opressão masculinos], por seu poder de decisão, dominação e imposição”, mas também plural e contraditório. Os conceitos de alteridade e de identidade serão contemplados na seção a seguir a fim de delinear (ou pelo menos tentar) a silhueta da do “ser feminino”, não necessariamente nítida, mas “conhecível” no estabelecimento de interfaces que se pretendem não necessariamente dicotômicas ou amigáveis, mas naturais com o universo masculino.

A CONSIDERAÇÃO DAS RELAÇÕES DE ALTERIDADE ENTRE O HOMEM E A MULHER E A DESCONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DO OUTRO-OUTRO

A alteridade do indivíduo se dá pelo seu reconhecimento em relação ao outro, numa ação de identificação ou de diferenciação, de modo a entender suas formatações. Como citado na seção anterior, a questão da alteridade entre homem e mulher não se dá por posicionamentos antagônicos que visam evidenciar o machismo ou o feminismo e reforçar o conceito de luta entre sexos, mas por considerações concebidas no bojo da diferença e das particularidades de cada gênero que devem possuir igual possibilidade de expressão. E nesta liberdade de “professar-se” concedida a ambos, estes interagem e se constroem pelas interfaces que estabelecem, o que poderia se definir como “alteridade” no sentido positivo. Isto porque, na proposta fomentada aqui, tanto homem como mulher poderiam se

olhar-se num processo de reconhecimento e distinção em que não houvesse, necessariamente, uma visada de superioridade de um para com o outro, mas de descoberta, respeito e cooperação. Coloca-se ainda aqui o adjetivo “positivo” em virtude da consideração de alteridade que Zolin (2005) irá tratar, a qual a autora atrela à noção de identidade. Segundo a estudiosa, a identidade corresponderia ao núcleo e a alteridade à exterioridade, ao estranho e ao negativo, ideias que, contempladas à luz das discussões das relações de poder das sociedades patriarcais, serão pertinentes ao tratamento das relações entre homem e mulher. O homem corresponderia ao núcleo e a mulher ao exterior, ao estranho (e negativo, inferior) a este núcleo, de modo que “só se referenciasse” em função dele e não por delineações identitárias próprias. Esta noção de alteridade, como aponta Zolin (2005), atesta a condição objetal da mulher em relação ao homem, um conceito que é ainda bastante difundido em expressões corriqueiras do senso comum e que mostram que a mulher, que é igual ser humano assim como o homem, é muitas vezes relacionada ao grupo de COISAS que ele gosta, ou que o ele precisa ter para ser feliz, por exemplo. É o que Zolin (2005) quer dizer quando alega que:

a partir deste contexto de exterioridade, da estranheza e da negatividade, foi atribuída uma alteridade à mulher, mas alteridade entendida como sinônimo de condição objetal e de identidade em falta, e não uma alteridade autêntica, intersubjetiva. Esta permaneceu por ser conquistada. (p.219).

Mediante esta configuração da alteridade de forma negativa, portanto, é que se procede então à consideração, na ação da mulher, no sentido do feminismo feminino, da contemplação da alteridade da igualdade empregada na possibilidade de congregação e relação de diferenças, onde os elementos homem e mulher se estabeleçam por suas particularidades sem essencialmente se anularem ou se subordinarem, numa dita alteridade positiva.

Esta ação do feminismo de querer delinear-se, de evidenciar o “ser mulher”, de querer suscitar a prática de reconhecimento e identificação em relação ao homem, relaciona-se ainda com o que Bonnici (2009) vai determinar como processo de agência, pois: “[...] materializa-se, portanto, o processo de agência, seja a capacidade de alguém executar uma ação livre e independentemente, vencendo os impedimentos processados na construção de sua identidade.” (BONNICI, 2009, p.231). Esta postura dos indivíduos partidários do feminismo feminino de fato também vai buscar desconstruir o que este mesmo autor coloca (sobretudo, na concepção dos estudos pós-coloniais da interface colonizador-colonizado), como a relação Outro-outro, sendo o “Outro” (com “o” maiúsculo) o sujeito e o

“outro” (com “o” minúsculo) o objeto que se constrói em função dele (Bonnici, 2009, p.264). A mulher, sob este viés, então, não se define tomando o homem como parâmetro superior, mas diferente e vice-versa.

As apresentações do feminismo feminino e da questão da alteridade positiva caracterizam-se aqui então como *lôcus* para se ambientar uma busca pela própria identidade feminina que a mulher possivelmente empreende pelos mais variados caminhos,; uma identidade não essencialista, mas plural que vai se moldar por intersecções como raça, cultura, aspectos sociais e econômicos, como corrobora Haraway (1994, p. 250), ao dizer que: “[...] as categorias de gênero, raça e classe não podem fornecer a base para a crença na unidade essencial. Não há absolutamente nada a respeito do ‘ser mulher’ que aglutine todas as mulheres.”

Alguns desdobramentos desta procura pelos reflexos de si mesma serão contemplados na apreciação do poema “Diving Into the Wreck”, de Adrienne Rich, espaço onde o mote da auto-descoberta feminina se desenvolve sob um tom mítico, fantástico, mas possível e porque não dizer revelador.

“A MULHER QUE PENSA DORME COM MONSTROS”: ADRIENNE RICH E O MOVIMENTO FEMINISTA

São ainda lugares-comuns as ideologias que têm social, cultural e historicamente enfatizado a inferioridade do gênero feminino em relação ao masculino, como supracitado, ideologias estas que têm se ancorado em posicionamentos binários, que não permitem a convivência harmônica dos elementos homem e mulher sob o viés da cooperação e da complementação, mas da disputa e da medição de forças na arena da tradição. As dicotomias que têm estruturado o pensamento ocidental como as de dominador/dominado; forte/fraco; homem/mulher fazem com que pensar a questão de gênero implique refletir tanto a diferença sexual quanto a cultural estabelecida entre os dois sexos, já que tais sujeitos são constituídos principalmente “em razão de códigos linguísticos e representações culturais [...] de acordo com as hierarquias sociais” (ZOLIN, 2005, p. 218) que buscam servir a um propósito específico de dominação.

Com o advento do movimento feminista no início do século XX e, mais tarde, em meados da década de 70, com o nascimento da chamada crítica feminista, passa-se a questionar o caráter discriminatório que constitui as ideologias de gênero, em um primeiro momento na esfera sócio-histórica e, posteriormente, na literária. Nesse sentido, Zolin (2005, p. 217), ao refletir sobre a história de crítica feminista, afirma que: “[...] no que se refere à posição social da mulher e sua presença no universo literário, essa visão deve muito ao feminismo, que pôs a nu as circunstâncias

sócio-históricas entendidas como determinantes na produção literária”.

O movimento feminista - desde seus primeiros e tímidos passos na Europa, no fim do século XIX, até o fortalecimento de seus ideais libertários, no início do século posterior e a disseminação de seus ideais por todo o globo daí em diante - passa por fases que têm sido caracterizadas por teóricos da crítica feminista como três grandes ondas. Não foram poucas as lutas: primeiramente, as feministas sentem-se incitadas a lutar pelo direito básico de ler e escrever; posteriormente, surge nas sufragistas a conscientização da necessidade de se lutar pelo direito das mulheres ao voto e nas mulheres já alfabetizadas a vontade de ampliar sua educação, tendo acesso ao sistema educacional, dedicado, na época, exclusivamente ao sexo masculino; finalmente, foi (e ainda é) preciso lutar pelos direitos referentes à sexualidade feminina, mas não numa luta contra ao homem, mas por construir-se socialmente como mulher, instanciando, diferentes jeitos de ser do gênero que, na contemporaneidade, já não se define essencialmente pelo sexo.

A escritora norte-americana Adrienne Rich (1929-2012), contemporânea às lutas da segunda onda do movimento, conseguiu, sobretudo, através de seus versos socialmente construídos, influenciar uma geração de militantes que lutaram e lutam pelos direitos feministas, gays e anti-guerra.

É no ano de 1963, com a publicação de *Snapshots of a Daughter-In-Law*, cuja maioria dos poemas visa explorar a situação de dependência vivida pelas mulheres em sociedades patriarcais, que Rich passa a evidenciar seu ensejo de escrever a partir de uma perspectiva feminista. Entretanto, é somente em 1966, quando se muda para Nova York, que ela e seu marido se envolvem ativamente em práticas de resistência contra a Guerra do Vietnã e que seu fazer poético, assim como a visão de seu público-alvo - a saber, as feministas, os ativistas do movimento gay e os ativistas anti-guerra -, sofrem radicais mudanças. Rich agora substitui as formas poéticas fixas e a rigorosa métrica características de suas primeiras obras por uma linguagem poética repleta de improvisos e experimentações. A partir deste momento, suas vivas preocupações políticas passam a ser objeto de muitos dos versos de *Leaflets* (1969) e *The Will to Change* (1971) e as transformações sobrevindas em seu estilo passam a refletir a evolução literária e política da então iminente ativista (GILBERT & GUBAR, 1996).

Em 1976, Rich publica *Of Women Born: Motherhood as Experience and Institution*. Neste trabalho, uma compilação de diários pessoais, antropologia e história política e médica agem como pano de fundo para a meditação sobre a experiência e os mitos que tem sido histórica e culturalmente projetados sobre a maternidade. Aqui, Rich também dá ênfase ao “controle cada vez maior de que as sociedades patriarcais exercem sobre o corpo da mulher” (KOSTELANETZ, 1985, p. 381).

Segundo Gilbert & Gubar (1996), após as publicações de *The Will to Change* (1971), *Diving into the Wreck* (1973) e *The Dream of a Common Language* (1978), Rich tem sido vista como uma espécie de poeta laureada não-oficial da segunda fase do movimento feminista, traçando em sua obra poética as interações entre o passado e presente dessa história que deveria ser igualmente escrita e vivida por homens e mulheres.

É, portanto, evidente que a obra *Diving into the Wreck* (1973) faz parte do conjunto de obras que constitui um marco na carreira literária de Rich, por inserir definitivamente sua escritura na esfera mundial do movimento feminista. A temática de grande parte dos poemas constituintes desta obra aponta para a questão da dificuldade de comunicação que persiste – tanto no plano pessoal, quanto no cultural – entre homens e mulheres e tem como eixo norteador a questão da busca da identidade e da auto-descoberta, ou ainda, da possibilidade de viver suas identidades plurais, através da desmistificação de antigos tabus que têm sido impostos ao corpo e à mente feminina.

A BUSCA PELA VIVÊNCIA DE UMA IDENTIDADE FEMININA EM “DIVING INTO THE WRECK”

A dicotomia identidade/alteridade, quando tradicionalmente compreendida a partir da história ocidental, constitui-se em um conceito originalmente filosófico que associa à identidade um núcleo e à alteridade um exterior, uma periferia ou mesmo uma negativa do si-mesmo (ZOLIN, 2005), como já mencionado. Desta forma, quando apropriada pela crítica feminista nota-se que ao homem tem sido historicamente relegado o papel de núcleo, ou seja, de conhecedor do mundo em que vive e de si mesmo, enquanto à mulher “foi atribuída uma alteridade [...] entendida como sinônimo de condição objetual e de identidade em falta” (ZOLIN, 2005, p. 219).

O poema de Adrienne Rich, intitulado “Diving into the Wreck”, que faz parte da obra homônima publicada em 1973, vai evidenciar essas ideologias aprisionadoras, cujo objetivo é submeter a mulher aos padrões de uma sociedade que a vê como não-pertencente e não-sujeito de si, convidando à reflexão sobre efeito delas na plena experiência do eu-feminino, de modo a validar sua inoperância e prejuízo à vivência de uma identidade pela mulher. Compreender a forte mensagem política de cunho feminista que permeia “Diving into the Wreck” exige um ir-além de descrever sua temática como o mergulho de uma mulher às profundezas de um oceano em busca de entender como se deu a história de um naufrágio.

Desde os primeiros versos, “Diving into the Wreck” parece convidar seu leitor para mergulhar, junto com a voz lírica, em uma jornada de busca

por identidades social e historicamente naufragadas. Ao longo da primeira estrofe, esta mulher, “tendo primeiramente lido o livro dos mitos” (RICH, 1979 - tradução nossa), se equipa com roupas de borracha, pés de pato e uma estranha máscara para proteger seu corpo; toma ainda uma faca, para se proteger de possíveis perigos e obstáculos; e uma câmera para registrar e inscrever sua jornada na História. Ora, o que seria o livro dos mitos senão o conjunto de ideologias que a sociedade patriarcal concebeu em relação às mulheres? Esta é a metáfora aqui estabelecida por Rich, para denunciar tempos (infelizmente, ainda atuais, em certos casos) em que o enredo de suas vidas era escrito por uma tradição que não lhes era justa. Tendo tido consciência de toda uma história de subjugação, é hora de a mulher partir em busca de seu verdadeiro “eu”, que não corresponde ao que lhe foi imposto e que pode ser facilmente encontrado nas camadas mais superficiais da sociedade em que vive. Numa potencial identificação: é preciso ir mais fundo dentro de nós mesmos, nos diz a voz. Então seguimos, o oxigênio nos submerge e os átomos do nosso ar humano começam a se mesclar à atmosfera do oceano:

Primeiro, o ar é azul e então
é mais azul e depois verde e depois
preto eu estou com falta de ar e ainda
minha máscara é poderosa
bombeia o meu sangue com poder
o mar é uma outra história
o mar não é uma questão de poder

Analisado por um viés simbólico, o mar pode aqui ser entendido como representante do inconsciente. Sendo assim, no mergulhar da voz lírica em águas tão desconhecidas, vê-se a tentativa de uma mulher – que são várias – de conhecer profundamente, não apenas sua história, como também, e principalmente, sua própria essência, aqui pela primeira vez livre das incrustações sociais e históricas a que é constantemente submetida.

A fim de intentar atingir essa essência, que “é uma outra história”, a voz lírica aponta para a importância das palavras que, como mapas, têm como função guiá-la nessa viagem:

Eu vim para explorar o naufrágio.
As palavras são fins.
As palavras são mapas.
Eu vim para ver o estrago que foi feito
e os tesouros que prevalecem.

As palavras são usadas para mapear e recriar o passado e o futuro desta mulher, que está ali não apenas para lembrar um eu que carrega há

anos consigo, mas para mantê-lo, subvertê-lo ou moldá-lo com suas próprias mãos – e como bem entender – através da escrivência de sua história.

Aqui, a escrita feminina é representada metalinguisticamente por essas palavras-mapa, como uma possibilidade, dentre tantas, de autoconhecimento para as diferentes mulheres, de expressão de suas verdades, de suas configurações, de seus pontos de vista sobre diferentes motes, pertinentes à questão de gênero ou não. Zolin (2005), através da adaptação de conceitos operatórios da crítica literária norte-americana Elaine Showalter, revisita a história da escrita feminina no Brasil observando que, embora em um primeiro momento tenha sido oferecida como forma de reprodução e internalização dos valores em voga, a prática vai aparecer mais tarde às mulheres como forma de protesto contra tais valores, impostos pela tradição que define papéis para homens e mulheres, e de defesa de seus direitos e princípios. Não só isso, recentemente é possível observar, no cenário universal de modo geral, que a mulher escritora não mais precisa fazer das conturbadas relações de gênero o núcleo de suas narrativas e pode, através delas, partir em busca da vivência de uma identidade sua alforriada das amarras tradicionais. É possível mesmo ouvir a voz dessa autora – que, novamente, são várias – declarando o propósito de sua arte nesse excerto do poema:

eu vim para:
o naufrágio e não a história do naufrágio
a coisa em si e não o mito

Vê-se aqui o caráter revolucionário – porém não-panfletário – que distingue a escrita de Rich e que triunfa na proposta de desafiar os valores tradicionais de sua sociedade sem a necessidade de nela escancarar as relações de gênero, sem querer usar sua produção como palanque puramente, mas como espelho para as formas ditas femininas; até porque, mais uma vez, reforça-se a ideia de gênero como algo performático, forjado pelas intersecções várias e não determinado pelo sexo (MACHADO, 1998). Vale lembrar que contemporânea à escrita de Rich está a literatura feminina que se preocupa especialmente com o fim da discriminação entre os sexos e até mesmo com a completa igualdade entre eles – como é postulado em *O segundo sexo* (1949) por Simone de Beauvoir – ou ainda com a dissolução de suas diferenças biológicas e culturais, tomando como base o princípio da “androginia” – como enfatizado por Virginia Woolf em *Um teto todo seu* (1929). Em “Diving into the Wreck”, quando a voz lírica narra o encontro de uma sereia com um tritão – ambos representantes do sexo feminino e masculino, respectivamente, concebidos separadamente –, podemos perceber como nele está implícita a concepção de “androginia”, proposta por Woolf, já que, ao se juntar aos dois seres fabulosos e ver suas diferenças

diluídas, a voz se percebe encarnada nas duas figuras, sendo feminina e masculina simultaneamente:

Este é o lugar.
E eu estou aqui, a sereia, cujo cabelo escuro
Flui negro, o tritão em seu corpo blindado.
Nós circulamos em silêncio
em volta do naufrágio
nós mergulhamos no porão.
Eu sou ela: eu sou ele

O ato de pensar os sexos como destacados e diferenciados entre si, tem marcado a história ocidental e é aqui questionado através deste encontro em que a voz lírica desvenda sua subjetividade em um lugar em que homens e mulheres são os dois ao mesmo tempo e que não dá espaço à distinção entre os gêneros – distinção esta que, sabe-se, frequentemente, incorre em preconceitos e diminuições com relação a uma das partes. Nesse sentido, as ideias de androginia presentes em *Um teto todo seu* (1929), transportadas para o poema richiano, nos leva a refletir sobre “a necessidade de se ser masculinamente feminina e femininamente masculino para que a arte se realize e comunique experiências com integridade” (ZOLIN, 2005, p. 224).

Assim sendo, é pensando nessa concepção do sexo uno que a voz lírica conclui sua jornada por meio de uma sucessão de fortes imagens, que agora parecem se dirigir a homens e mulheres em sua essência como um só. Homens e mulheres “cujo[s] rosto[s] afogado[s] dorme[m] com os olhos abertos” e “cujos seios ainda suporta[m] o estresse”; homens e mulheres “semi-presos e deixados para apodrecer” em uma sociedade que, vale ressaltar, oprime e impõe valores e deveres tanto a um quanto a outro.

É por isso que o “livro de mitos”, inscrição histórica e tradicional, que aparece na primeira estrofe do poema e que pode ser entendido como metáfora para uma compilação de papéis sociais por séculos impostos às mulheres, como reaparece na estrofe final com outra implicação, agora abarcando e entrelaçando as mãos com a questão da opressão também do sexo masculino:

Somos, eu sou, você é
por covardia ou coragem
aqueles que encontram seus caminhos
de volta para essa cena
carregando uma faca, uma câmara
um livro de mitos
em que
nossos nomes não aparecem.

No “livro de mitos”, esse conjunto de histórias nem sempre reais, passado passivamente de geração à geração, é que traz e repassa valores dados como únicos e validados como únicos e inquebrantáveis, o que aqui é questionado e, quiçá, rechaçado como algo necessário a libertação e plena vivência identitária para mulheres e homens, tais como são em suas diferentes instâncias.

Não é possível, enfim, que homens e mulheres encontrem genuinamente suas individualidades, mas que tenham o direito de pensá-las como bem entenderem. É preciso fazer e decidir como será o começo e o fim de suas histórias apenas, sem que um determine o proceder do outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecer-se enquanto mulher passa por uma postura de busca (profunda e mágica) pelo autoconhecimento e por um querer estar consigo mesma, de experimentar-se e de possuir-se, retirando-se naturalmente das mãos de um suposto senhor: a tradição imposta pela sociedade. Uma tradição que, muitas vezes impõe ao homem o papel deste feitor que domina, mas que também é dominado, o que faz irromper uma pseudoluta entre forças que muitas vezes se querem diferentes, mas que são iguais no sentido do serem capazes de fazer. A consideração do feminismo feminino revela, no caso da mulher, esta necessidade de hastear a bandeira da paz consigo mesma, deixando o campo de batalha contra o homem para conhecer suas próprias fronteiras e, por elas, potencialmente, conhecer as do elemento masculino, pelo princípio da alteridade positiva. Estas fronteiras, no final, acabam diluindo-se na simples supremacia da condição de seres humanos, inteligentes e também falíveis que são, como fora magistralmente demonstrado por Adrienne Rich, em “Diving Into the Wreck, ao evidenciar que o que se quer não é determinar e alardear, necessariamente, os empecilhos à expressão e experiência do feminino, mas, justamente, trazer à tona, paradoxalmente pelo mergulho em sua particularidades, a possibilidade performática do “ser mulher” (assim como do “ser homem”) há tanto suplantada pela convenção de valores patriarcais e problematizadas em cada um deles.

REFERÊNCIAS

BAIROS, Luiza. *Nossos feminismos revisitados*. Revista Estudos Feministas. Vol. 3. n.º 2,1995.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Vol.2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BONNICI, Thomas. Teoria e crítica pós-colonialista. In: BONICCI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: EdUEM, 2009.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, 1838 p.

GILBERT, S., GUBAR, S. *The Norton Anthology of Literature by Women: The Traditions in English*, 2nd ed. New York: *WW Norton*, 1996.

HARAWAY, Donna. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, H.B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KOSTELANETZ, R. *Viagem à Literatura Americana Contemporânea*. Tradução de Jaime Bernardes et. al. Rio de Janeiro: Nórdica, 1985.

LAURETIS, Tereza de. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, H.B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MACHADO, Lia Zanota. Gênero, um novo paradigma? In: *Caderno Pagu (11): trajetórias do gênero, masculinidades*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1998.

OLIVEIRA, Adriana V. *A teoria de Judith Butler: implicações nas estratégias de luta o movimento feminista*. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/anaais/anaisteoriafeminista.pdf>>. Acesso em 10 out./2013.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica*. Tradução SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1995.

SHOWALTER, E. A crítica feminista no território selvagem. Tradução Deise Amaral. In: HOLLANDA, H.B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 23-57.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica Feminista. In: BONICCI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: EdUEM, 2009.

ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de autoria feminina. In: BONICCI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: EdUEM, 2009.